



Curso de Controle do Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Prestação de Contas.

Brasília, 16 a 18 de fevereiro de 2022.

Brasília, 23 a 25 de março de 2022.

Brasília, 06 a 08 de abril de 2022.

Brasília, 25 a 27 de maio de 2022.

Brasília, 06 a 08 de julho de 2022.

OBJETIVO

Aperfeiçoar e gerar conhecimentos sobre o controle do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito da administração pública federal, estadual e municipal, especialmente das irregularidades mais frequentemente observadas, propiciando maior capacitação dos contadores públicos, auditores de tribunais de contas e gestores públicos envolvidos com auditoria e fiscalização da LRF.

PÚBLICO ALVO

Auditores e técnicos de tribunais de contas e do controle interno; gestores públicos que direta ou diretamente trabalham com a Lei de Responsabilidade Fiscal e que deverão prestar contas.

METODOLOGIA

Aula expositiva, aberta a discussões e perguntas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Controle na Administração Pública

- 1.1. Base constitucional - o controle como princípio da Administração Pública
- 1.2. Definição e classificação (responsáveis pelo controle, momentos do controle, atividades de auditoria e fiscalização).
- 1.3. Linhas de atuação na condução das ações de controle: avaliação da execução dos programas de governo, avaliação da gestão, ações investigativas, orientação e capacitação.
- 1.4. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões

2. A Prestação de contas

- 2.1. Base normativa da prestação de contas anual - o que é, quem deve prestar, por que deve, quando e consequências caso não preste)
- 2.2. Avaliação da gestão: Processo de Contas e Relatório de Gestão.
- 2.3. Julgamento das contas e monitoramento das recomendações.
- 2.4. Conceito de Tomada de Contas Ordinária e Especial, fases, situações que motivam ou que dispensam a instauração de TCE.

3. Fundamentos da Responsabilidade Fiscal

- 3.1. A base constitucional das normas gerais de finanças públicas: Lei 4320/64 e LRF

- 3.2. O contexto histórico, antecedentes e objetivos (equilíbrio e transparência fiscal).
- 3.3. Abrangência de aplicação: o conceito de ente da Federação e o conceito de empresa estatal dependente
- 3.4. Regras para o ciclo político e para o ciclo econômico e situações especiais.

4. Planejamento, orçamento e execução

- 4.1. Regras para elaboração da LDO, Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais
- 4.2. Regras para elaboração da LOA
- 4.3. Execução orçamentária e o cumprimento das metas
- 4.4. Restos a pagar e disponibilidade de caixa

5. Receitas e Despesas

- 5.1. A gestão tributária responsável: instituir, prever e arrecadar
- 5.2. Conceito de renúncia de receita e mecanismo de compensação da renúncia de receita
- 5.3. Conceito de despesa autorizada e impacto orçamentário e financeiro
- 5.4. O conceito de despesa obrigatória de caráter continuado e mecanismo de compensação
- 5.5. Regras para destinação de recursos públicos para o setor privado e para a preservação do Patrimônio Público

6. Despesas com Pessoal

- 6.1. Conceito de Receita Corrente Líquida e de Despesas com pessoal
- 6.2. Conceito de terceirização e serviços de terceiros
- 6.3. Limite prudencial e máximo Por Poder ou órgão autônomo
- 6.4. Deduções da despesa com pessoal para fins de limite
- 6.5. Medidas e prazos para ajuste do gasto com pessoal (Emenda Constitucional nº 19, Lei Complementar nº 101/2000, Lei 9.801/99 e Lei 9962/2000)
- 6.6. Limites máximos na Emenda Constitucional nº 25

7. Dívida e endividamento

- 7.1. A base constitucional dos limites de dívida e operações de crédito
- 7.2. Conceito de dívida consolidada ou fundada: da Lei 4320/64 à LRF
- 7.3. Conceito de operações de crédito
- 7.4. Limites para dívida consolidada e operações de crédito nas Resoluções do Senado Federal
- 7.5. Recondução da dívida consolidada ao limite
- 7.6. Contratação das operações de crédito
- 7.7. Regra de ouro
- 7.8. Operações de crédito proibidas
- 7.9. Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária
- 7.10. Garantias e contra garantias

8. Instrumentos de Transparência

- 8.1. Relatório resumido da execução orçamentária: composição, abrangência, responsáveis e periodicidade
- 8.2. Relatório da gestão fiscal: composição, abrangência, responsáveis e periodicidade
- 8.3. Regras para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Consolidação das contas públicas
- 8.4. Alterações pela Lei Complementar nº 131/2009

9. Principais irregularidades no cumprimento da LRF e demais legislação de finanças públicas

- 9.1. Cuidados com a abrangência: empresa estatal dependente e não dependente, PPP, consórcio público e outros.
- 9.2. Receita Corrente Líquida: exclusões de convênios, IRRF e CIDE
- 9.3. Criação de fundos de receita e mecanismos de compensação da renúncia de receita
- 9.4. Geração de despesas: Despesas de Exercícios Anteriores, contratos continuados, despesas obrigatórias de caráter continuado.
- 9.5. Despesa com Pessoal: exclusão de inativos, pensionistas, IRRF, PCS e PACS, aumento indevido de indenizações e consultorias, prática condominial e burla ao concurso público

- 9.6. Aporte para déficit atuarial dos fundos de previdência X cobertura de déficit financeiro
- 9.7. Dívida Consolidada Líquida: conceito de ativo disponível (Ex: exclusão de dívida ativa)
- 9.8. Conceito de operação de crédito e antecipações
- 9.9. Restos a Pagar: conceito de obrigação, despesas que transcendem o exercício orçamentário, aplicação aos Poderes (duração do mandato), período de gestão X período de mandato; o equilíbrio em todos os exercícios; estoque de fim de período ou variação do estoque ou parte do período;
- 9.10. Conceito de disponibilidade de caixa: transferências constitucionais e convênios.
- 9.11. Contabilidade pública: foco no orçamento ou no patrimônio; foco na legalidade ou nos atos e fatos; Critério de caixa ou de competência; adequação ao PCASP; registro de precatórios e dívida ativa
- 9.12. Padrão mínimo para sistemas, portal de transparência e disponibilização de informações.
- 9.13. Limites constitucionais de educação e saúde: conceito de despesa de educação e saúde; conceito de despesa liquidada x empenhada; restos a pagar sem disponibilidade de caixa; cancelamento de restos a pagar.

10. Restrições institucionais e sanções pessoais

- 10.1. Transferências voluntárias: definição e exigências para realização
- 10.2. Outras restrições institucionais
- 10.3. As sanções pessoais: crimes e infrações administrativas (Decreto-Lei nº 2848/1940-Código Penal, Lei 1079/1950, Decreto-Lei nº 201/1967-Lei de Crimes dos Prefeitos, Lei 8429/1992-Lei de Improbidade Administrativa, Lei 10.028/2000 -Lei de Crimes Fiscais e Lei Complementar nº 64/1990-Lei da Inelegibilidade).

INSTRUTOR:

EQUIPE ATHENA DE FACILITADORES

Local e Data:

Brasília, 16 a 18 de fevereiro de 2022.

Brasília, 23 a 25 de março de 2022.

Brasília, 06 a 08 de abril de 2022.

Brasília, 25 a 27 de maio de 2022.

Brasília, 06 a 08 de julho de 2022.

Carga Horária: 24 horas

Horário: 08h às 18h

Local: Parlamundi LBV - SGAS I - Asa Sul, Brasília - DF,

Investimento: R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais).

Incluso: Material de Apoio, Coffee Break, Apostila e Certificado de participação.

OBSERVAÇÕES:

O Empenho deverá ser enviado por email no máximo até 3 (três) dias antes da realização do evento. Em caso do não envio, não será confirmada a inscrição dos servidores.

CANCELAMENTOS e/ou SUBSTITUIÇÕES: Os Cancelamentos deverão ser informados até 5 (cinco) dias antes do evento. Todas as informações complementares deverão ser feitas por escrito.

A Inscrição será confirmada somente após o envio da Nota de Empenho ou comprovante de pagamento.

A ATHENAS TREINAMENTOS GERENCIAIS realiza treinamentos “in company”, adequando seu conteúdo programático de acordo com as necessidades de sua Organização, com excelente custo-benefício. Solicite-nos uma proposta.

A ATHENAS TREINAMENTOS GERENCIAIS confirmará os eventos com até cinco dias de antecedência, aguarde este prazo para tomar as providências necessárias para o seu comparecimento. Caso contrário, não nos responsabilizaremos por qualquer dano que possa vir a acontecer durante a antecedência do curso como compra de passagens, hospedagens, etc.

Mais informações: 61 99136-8132/99277-3453

E-Mail: athenastreinamentos@gmail.com

Site: www.athenastreinamentos.com.br

CNPJ: 37.428.344/0001-06

Endereço: SRTVS Quadra 701, Conjunto L, Bloco 02, no 30, sala 417.

ASA SUL – BRASÍLIA-DF

Somos cadastrados no SICAF.